



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

DIREITO

ISSN IMPRESSO 2316-3321

E- ISSN 2316-381X

DOI - 10.17564/2316-381X.2016v4n3p69-78

A PRESENÇA DA PSICANÁLISE NAS REFLEXÕES INICIAIS SOBRE MASCULINIDADE NO PENSAMENTO DE R. CONNELL

THE PRESENCE OF PSYCHOANALYSIS IN INITIAL THOUGHTS ON MASCULINITY IN R. CONNELL THOUGHT

LA PRESENCIA DE LA PSICOANÁLISIS EN REFLEXIONES INICIALES SOBRE LA MASCULINIDAD EN EL PENSAMIENTO DE R. CONNELL

Julio César Hoenisch¹

Ilzver de Matos Oliveira²

RESUMO

O presente artigo empreende uma reflexão sobre a presença de conceitos da psicanálise freudiana na construção da obra *Masculinities*, de R. Connell. Apresenta uma discussão sobre a importância da psicanálise para o empreendimento do conceito de masculinidades e gênero para o fundador dos estudos masculinistas, evidenciando que a desnaturalização da condição feminina sugerida pela perspectiva freudiana, ainda que possa ser considerada falocêntrica contribui fortemente para o descolamento do conceito de gênero de uma suposta condição natural.

Conclui que os princípios freudianos são importantes no primeiro livro de Connell, sendo paulatinamente deixados de lado no decorrer do desenvolvimento do pensamento do autor.

PALAVRAS-CHAVE

Masculinidades. Psicanálise. Gênero. Discurso. Poder.

ABSTRACT

This paper undertakes a reflection on the contribution of Freudian psychoanalysis in the construction of the book “Masculinities“, by R. Connel. It presents a discussion on the importance of psychoanalysis for the enterprise concept of masculinity and gender to the founder of masculinist studies showing that naturalization of the female condition suggested by the Freudian perspective, although it may be considered phallogentric contributes strongly to the detachment of the concept of gender a supposed natural condi-

tion. It concludes that the Freudian principles are important in the first book of Connell, gradually being pushed aside during the development of the thought of the author .

KEYWORDS

Masculinities. Psychoanalysis. Gender. Discourse. Power.

RESUMEN

En este trabajo se lleva a cabo una reflexión sobre la contribución del psicoanálisis freudiano en la construcción del libro “Masculinidades“, de R. Connel. Presenta una discusión sobre la importancia del psicoanálisis para el concepto de masculinidad y el género al fundador de los estudios machistas que muestran que la naturalización de la condición femenina sugerida por la perspectiva freudiana, aunque puede considerarse falocéntricos, contribuye fuertemente a la separación del concepto de género una supuesta con-

dición natural. Llega a la conclusión de que los principios freudianos son importantes en el primer libro de Connell, gradualmente siendo dejada de lado durante el desarrollo del pensamiento del autor.

PALABRAS-CLAVE

Masculinidades. Psicoanálisis. Genero. Discurso. Poder.

1 INTRODUÇÃO

As investigações concernentes à masculinidade ou como um sujeito é levado a reconhecer-se como pertencente à constituição dos parâmetros de auto-reconhecimento de gênero masculino, são marcadamente mais tardios do que o mesmo tema no campo do feminismo. A condição da mulher, as armadilhas construídas para submissão do feminino e sua suposta inferioridade natural foram consideravelmente problematizadas e investigadas já a partir da década de 1950.

Em contrapartida, os estudos da masculinidade, ou Estudos do Homem iniciam-se na década de 1960, principalmente nos Estados Unidos. Compreende-se que o surgimento dos *men's studies* é reflexo da própria desnaturalização da condição da mulher, que ao desalojar a feminilidade de seus mitos produz também uma leitura sócio-histórica do fazer-se homem, conforme nos indica Cecchetto (2004, p. 36).

Do ponto de vista de obra inaugural desse campo, há consenso entre os pesquisadores que o livro *Masculinities*, de R. Connell, publicado em 1995¹ – onde encontramos a convergência de princípios da psicanálise e das ciências sociais – propulsiona o estudo das masculinidades, realizando um inovador trabalho de desnaturalização da condição masculina e, indo mais longe, apresentando-a como plural: homens, não “o” homem. Na obra, Connell realizou uma importante revisão do que áreas como a psicanálise, a antropologia e a sociologia apresentam como a figura do homem e seus desdobramentos.

Compreende a autora que a maior parte das respostas produzidas por estes campos de saber precisavam ainda de matizes mais políticas, no sentido de políticas de identidade, bem como de uma análise mais rigorosa da constituição dos gêneros, sendo es-

1. Apesar da grande relevância e impacto do livro objeto de nossa investigação, este nunca foi traduzido para o português. Portanto, todas as referências e páginas deste artigo remetem-se à segunda edição em inglês, no original.

tes, portanto, projetos de gênero, regido em uma complexa rede simbólica (CONNELL, 2005, p. 72).

Para Carvalho Filho (2008) trata-se de um importante trabalho de desnaturalização da condição masculina e de discussão sobre a formação da identidade dos homens. Ainda que outros estudos tenham investigado anteriormente segmentos masculinos a partir do conceito de gênero – provenientes dos estudos feministas –, a obra de Connell é fundamental por ter articulado ideias e achados de diversos segmentos das ciências sociais. Posta a importância do impacto do livro *Masculinities*, é nosso propósito neste trabalho mapear a presença e lugar estratégico ocupado pelo pensamento psicanalítico neste importante marco.

2 FEMINISMO E OS ESTUDOS DA MASCULINIDADE

Se acompanharmos o desenvolvimento feminista como uma das raízes da evolução dos estudos da masculinidade, o fenômeno de desalojamento da condição da mulher de “sexo frágil” e outras tantas versões substancialistas de gênero, será bastante pertinente atribuímos aos estudos de Connell a dessubstancialização da masculinidade, refutando inclusive as ainda tentadoras fórmulas que buscam alicerçar nos hormônios a fórmula da feminilidade ou da masculinidade. O autor é enfático em recusar o aparato biológico como sendo da ordem da construção do gênero – da mesma maneira que Scott (1995, p. 21) também o faz – trazendo para a arena do campo da semiose a compreensão do reconhecimento ou auto-reconhecimento do gênero e diversas formas de superação da lógica binária homem/mulher, masculino/feminino.

Com este gesto inaugural Connell abre o campo de discussão sobre a condição masculina não ser uniforme e – elemento relevante – em certas circunstâncias e condições, vir a ser fonte de problemas e

sofrimento. Se primeiramente se pensa que se trata de uma contradição, uma vez que o ocidente é regido pela lógica masculina ou do patriarcado, a questão se esclarece quando da construção do conceito de masculinidade hegemônica. Este dá conta de um desenho masculino, uma forma de ser da masculinidade que é considerada típica ou ideal, usualmente ligada aos valores considerados viris que se apresentaram no período vitoriano: destemido, heterossexual, branco, dominador, forte e racional, sem, todavia constituir-se como fixo ou não passível de sobreposição face à outros tipos de masculinidade subordinadas.

No processo de afastamento dos mitos que circundavam a condição feminina, o pressuposto de que a mulher e o homem como sujeitos transcendiam a corporalidade biológica acabou por proporcionar as condições de possibilidade para o surgimento do conceito de gênero. O gênero, como categoria analítica, surge exatamente para afastar a condição da mulher de sua biologia, colocando em evidência que as diferenças entre homens e mulheres não são de ordem natural, mas cultural e politicamente construída (SCOTT, 1995, p. 21). Se a assimetria de gêneros é ordenada em um complexo sistema semiótico, linguístico e político-valorativo, será necessário compreender-se como esse processo se dá e quais seus efeitos nos sujeitos envolvidos.

A problematização do referido substancialismo, sobretudo nas pesquisas na área das ciências humanas, foram propulsoras da ideia, na contemporaneidade, de que o homem tradicional vive um descentramento identitário e uma crise de falta de referenciais. A questão de crise da masculinidade é um elemento menor quando pensamos que a trajetória de estudos de gênero – que serviram de esteio para a constituição dos estudos da masculinidade – se constitui contra a construção de dois pontos básicos: a) gênero no que tange às mulheres só pode ser compreendido de maneira eficaz nas relações com os homens; e b) desconstruindo a ideia de que “o” homem de fato exista.

O homem como um grande bloco monolítico, que comportaria todos os sujeitos nesta classificação, é uma perigosa abstração. E, ainda de acordo com Scott (1995, p. 26), a complexidade para compreender o conceito de gênero só pode ser atendida na sua amplitude quando levamos em conta que também é necessário compreender a masculinidade – e não “o” homem.

Os estudos precursores de Connell deram forte contribuição não só desnaturalizar a masculinidade, mas também ao tirá-la de seu caráter singular, apontando sua contingência plural. Não mais “homem”, mas “homens” e dentro de um imbricado contexto de formações identitárias, homens que atendem ou não anseios determinados prescritivamente e em uma cultura. Neste momento está estabelecido por esta autora um de seus mais difundidos conceitos: a masculinidade hegemônica.

O conceito de masculinidade hegemônica foi amplamente utilizado pelos estudiosos pós-Connell, de maneira tão extenuante e nem sempre claramente delimitada que levou a autora (CONNELL, 2005, p. 77; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 15) a discutir e reformular algumas características do conceito. Por exemplo, que a hegemonia não reflete maioria estatística, nem tampouco é sinônimo de uma supremacia advinda do uso da força. Mais do que isso, é efeito de uma ascendência, ou seja, de uma influência, sociologicamente constituída dentro do patriarcado, que determina qual representação masculina é a adequada e a desejável. A saber: branco, escolarizado, classe média, heterossexual sendo um modelo desejável.

Desde o início da obra de Connell, já se estabelecia que, assim como para os estudos com mulheres, era necessário compreender que o gênero trata-se de uma categoria que deve ser compreendida em relação, envolvendo política e poder, e no que concerne aos estudos com/sobre os homens ocorreria o mesmo. Portanto, ao ponderar a existência de uma masculinidade hegemônica, por conseguinte estabeleciam-

-se masculinidades subalternas ou subordinadas, nas quais, por exemplo, os homens identificados como *gays* eram incluídos.

Além dessa grande contribuição, ou seja, uma abordagem construcionista do conceito de gênero, estando este intimamente ligado ao de identidade, e parcialmente alicerçado em uma perspectiva psicanalítica, Connell oferece a possibilidade de compreender a construção do gênero como efeito do discurso, mas este não restrito à definição de conjunto de signos, nem adotando a posição pós-estruturalista que definiria que o gênero se constitui na linguagem. Se a produção de gênero – que não deve ser confundida com o de orientação sexual – é organizada segundo contingências sociais, com os elementos linguísticos, semióticos, materiais e discursivos que lhe são inerentes, as equações se complexificam.

A questão, por exemplo, das críticas levantadas sobre qual seria o estatuto do sujeito na teorização de Connell é reconhecida por este como uma crítica produtiva e esclarecida por ela em 2013 (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2015, p.13), onde é esclarecido que práticas não discursivas também são elementos importantes na constituição do gênero e, portanto, do sujeito.

Assim como os estudos de gênero eram, segundo Scott (1995), em sua gênese eminentemente estudos ligados às mulheres, portanto ainda pleno da potência analítica que se desenvolvera nos anos 1980, com os estudos sobre a masculinidade também não será diferente. Connell (2005, p. 21) alerta-nos que a discussão nas ciências sociais sobre a masculinidade se limitava em grande parte ao conceito de papel social. O que se esperava do homem e da mulher limitava-se às expectativas de ações e comportamentos organizados – de maneira naturalizada, não raramente – nos conceitos de papel de gênero. Essa perspectiva, ainda segundo Connell, é limitada também por apresentar um quadro conceitual e analítico em que o poder e as interpelações ideológicas estão ausentes ou desconsideradas de maneira premente.

Diante dessas ponderações, a proposta de Connell sobre as masculinidades é problematizá-las como da ordem do relacional e simbólico, desagregando-as das ideias essencialistas e normativas, colocando, assim como propõe Scott (1995, p. 22) para o conceito de gênero no campo da lógica simbólico discursiva. Cabe destacar que o conceito utilizado por nós e, em nosso entendimento por Connell e Scott, são da ordem do discurso como prática social, não desvinculada da materialidade e da regulação dos objetos sobre o qual nos propomos a discorrer. Ponderar essa dimensão discursivo-semiótica das masculinidades nos parece viável e por Connell defender que uma das possibilidades de compreender a masculinidade é, justamente, pela abordagem semiótica, em que os lugares do feminino e do masculino só podem ser compreendidos como contrastantes.

Este contraste coloca as masculinidades e as feminilidades dentro da complexa rede de signos que estabelecem, do ponto de vista discursivo, a construção de sistemas de códigos e signos que constituem regras complexas, em uma rede de igualdades e diferenças. Segundo Woodward (2000, p. 35), se nos reconhecemos como pertencentes a um determinado país é porque não pertencemos a outro. Se nos sentimos suecos, é porque não somos franceses, ou seja, a identidade e o reconhecimento ou pertencimento são frutos também do reconhecimento do que não somos. Nesse complexo jogo, as masculinidades hipertrofiam a complexidade da aparente e falha lógica binária dos gêneros.

Em nosso ponto de vista, Connell é bastante claro sobre essa dimensão semiótica do gênero e das masculinidades ao estabelecer que masculinidade é uma prática em que tanto os homens quanto as mulheres fazem compromisso com experiências corporificadas, navegando no universo da linguagem e da cultura, nunca fora dele. Se dentro desse universo, na nossa cultura, um dos marcadores identitários de gênero é o corpo, certamente. Mas o corpo como materialidade intrinsecamente relacionada ao gênero, o que traz novamente à luz a preocupação da autora com a de-

nominada virada discursiva, que podemos compreender como um excesso de semiose na compreensão da categoria gênero.

3 EXISTEM CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE EM MASCULINITIES?

É fato que Connel, na obra *Masculinities* se utiliza do pensamento freudiano, mais especificamente no que tange ao que ele denomina “conhecimento clínico”, pertencente ao capítulo I, *The Science of Masculinity* (CONNELL, 2005, p. 8), não o faz sem ressalvas. A primeira é que era – e em nossa opinião ainda permanece sendo – necessário indicar que a psicanálise, sobretudo nos Estados Unidos se aliou ao poder médico e, em muitos casos, procedeu de maneira prescritiva e a segunda é que os pós-freudianos não teriam aproveitado as oportunidades de pensar sobre a masculinidade presentes no trabalho freudiano. No que tange a esta segunda observação, aponta o caráter aberto e inovador de Freud a desafiar as convenções sociais e a moral burguesa de sua época, destacando que a psicanálise descola o gênero da natureza, apontando que a identidade de gênero será efeito de um longo e complexo processo que envolve inúmeros conflitos.

Ainda, apoiando-se na teoria freudiana, Connell discorre sobre as inúmeras tensões presentes no complexo de Édipo e na bissexualidade constitutiva da criança, o que oferece uma possibilidade de posições femininas ou masculinas, mas, como destaca a autora, sempre precárias. Neste momento, ainda evocando as obras do vienense, após referir ao caso do Pequeno Hans, um menino que sofria de fobia de cavalos, dirige seu foco para o caso do Homem dos Lobos, outro clássico da Psicanálise. Considera Connell que no último caso, Freud não percebe o grau de importância da construção da masculinidade envolvida nos conflitos do paciente, destacando que as identificações mais primitivas, sobretudo as pré-edípicas, se dão com figuras femininas e não com homens.

Uma questão importante de levarmos em conta é que os processos identificatórios, que em certa medida ajudam a compor inúmeros campos do psiquismo – incluindo a identidade de gênero – não são simples e que a criança desconhece o que seria um homem ou uma mulher “de verdade” em sua etapa pré-edípica. De fato, a psicanálise pós-freudiana chegará à conclusão de que os pontos mais relevantes são as posições femininas e masculinas, que não são únicas, nem são sinônimos de homens e mulheres, podendo o homem ocupar a posição feminina e vice-versa, sem que isso interfira em sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Todavia, acompanhando ainda o que Connell considera importante na obra freudiana, o autor refere que Freud abriu mais portas do que os seguidores ortodoxos foram capazes de seguir (CONNELL, 2005, p. 10). A psicanálise então como Connell a compreende, trouxe um potencial interessante para pensar as masculinidades e as feminilidades como construções frágeis, não determinadas por outros processos que não sejam a história dos sujeitos envolvidos, tomando histórica no seu sentido amplo, material e político do termo. Continuando sua linha de raciocínio, dá destaque às questões desenvolvidas, sobretudo, em “Mal-estar na civilização”, escrito por Freud em 1929, onde se defende que os efeitos da subjetividade se tratam de um processo onde haverá elementos emocionais (pulsionais seria ao mais correto), que no fim das contas apontam para a inauguração da masculinidade – e dos sujeitos – como efeito do “encontro trágico entre o desejo e a cultura”.

Outra passagem que onde o que a autora denomina de “pensamento psicanalítico ortodoxo”, será no capítulo 6 (*A very straight gay*), onde é retomada a crítica à psicanálise prescritiva, dando-se destaque a fórmula defendida por alguns psicanalistas de que a gênese da homossexualidade masculina reside em uma mãe sedutora e um pai ausente. Nesta passagem a autora se detém em desconstruir o equívoco dessa tese, indicando que inúmeros estudos apontam que a figura da mãe sedutora e do pai ausente ou fraco tam-

bém será encontrada em histórias de vida de homens heterossexuais. No segmento desse capítulo, a autora volta a evocar Freud no que concerne à sexualidade perverso-polimorfa da criança, o que, na sua compreensão, deixaria a sexualidade aberta a imbricamentos e combinações variadas e não necessariamente psicopatologizantes, marginalizadas ou indignas, o que se constitui como caminho para as masculinidades divergentes da hegemônica no patriarcado.

No decorrer do capítulo, há uma densa e considerável argumentação com base em estudos clássicos e recentes sobre como a condição homossexual é tratada na perspectiva subalterna, mas os recursos argumentativos ou críticos à psicanálise saem de cena diretamente. Apesar dessa saída explícita as críticas a patologização da homossexualidade ou sua alocação em uma condição subalterna continuam sendo questionadas no viés da discussão sobre as considerações do patológico e do saudável em torno das práticas sexuais. Em nossa opinião, a construção argumentativa sobre as desqualificações do homem gay é uma recusa em considerar que a psicanálise e as psicoterapias venham referendar um destino “saudável” para a masculinidade.

Essa discussão sobre a complexidade das posições da homossexualidade na composição das configurações de gênero e suas políticas é amplamente discutida em todo livro, mas é retomada com mais destaque crítico no capítulo 9 (Masculinity Politics), em especial no segmento que se ocupa das terapias que propõem um suposto resgate da masculinidade prejudicada ou fragilizada em decorrência da liberação feminina e do avanço dos direitos civis homossexuais. Se nos detivermos para avaliar que *Masculinities* foi publicado pela primeira vez em 1995, a questão do impacto da homofobia e das supostas terapias de resgate da masculinidade mostra como o cenário nacional brasileiro ainda necessita avançar junto à opinião pública e escola.

Nesse capítulo – para nós tão atual – encontraremos uma nova referência à psicanálise, onde se destacam dois estudos. Um deles trata de uma radicaliza-

ção de gênero necessária como resposta aos séculos de repressão, portanto aproximando-se de um retorno do recalçado, embora a autora não use esse termo. O outro estudo referido trata da hipótese de que os homens heterossexuais reprimem os homens gays por compreender ou identificar nestes últimos registros de feminilidade que precisam ser reprimidos. Cabe destacar que essa hipótese contém riscos, posto que sugere misoginia e certo grau de homossexualidade mal resolvida nos atos homofóbicos. Essa tese não nos parece pertinente devido à tendência de patologizar a homofobia, que não é uma entidade clínica, mas uma posição política que fere a dignidade humana.

Após este capítulo não existem mais menções diretas ou ligadas argumentativamente às ideias psicanalíticas, salvo em publicação de 2013, onde Connell e Messerschmidt (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), rebatem críticas advindas de um pesquisador com base psicanalítica e, ainda que a autora considere irônica a psicanálise que trata uma disciplina que ela julga importante na fundação do campo dos estudos da masculinidade lhe dirija críticas, não se abstém de respondê-las. A argumentação contraposta à crítica de que o conceito de Masculinidade Hegemônica apaga o sujeito, pois o suplantaria em prol de uma sobreposição que obscurece o sujeito encaminha-se no sentido de lembrar que a psicanálise não consiste em um campo de saber monolítico, mas controverso e que este mesmo campo apresenta seus problemas para sustentar conceitos como o do sujeito dividido – remetendo-se à dimensão inconsciente do ente.

4 PONDERAÇÕES FINAIS

Entretanto, se há presença da psicanálise neste livro de Connell, não podemos dizer que esta relevância foi perene e permanente. Parte da explicação sobre isso pode ser encontrada em uma entrevista²

2. R.C: Sim, eu me preocupo muito com a virada discursiva na pesquisa sobre sexualidade e na pesquisa sobre gênero. Existe muita coisa criativa no pós-estruturalismo nessa área. Eu admiro, por exemplo, o trabalho de Judith Butler e alguns trabalhos sobre a crítica da identidade têm se mostrado muito interessantes e muito frutíferos. Apesar disso, eu me preocupo.

dada ao: *Cadernos Pagu*, em 2013, onde a autora refere que o uso de Freud – ou da psicanálise – assim como o de Foucault para lutar contra a epidemia de Aids nos anos 1980 e 1990 foram considerados insuficientes por ela e seus companheiros de trajetória intelectual.

Não que a autora os tenha desconsiderado importantes, mas no momento histórico ao qual ela se refere era necessária uma estratégia e intervenção em corpos materiais. Neste sentido, sendo a autora uma autodenominada socióloga, pensar em Freud e Foucault como instrumentos objetivos e relativamente rápidos para estratégias de políticas de atenção à epidemia não pareceram em si suficientes, o que a levou a continuar propondo inovações nas teorias de gênero voltadas para pensamentos que ocorrem fora dos grandes centros globais.

No mesmo segmento da entrevista, percebemos outro elemento que podemos considerar relativamente importante para a pouca presença da teoria psicanalítica no conjunto da obra, sobremaneira as produções mais recentes: certa reserva ao que ela denomina “virada discursiva na pesquisa sobre sexualidade”. Neste momento da entrevista Connell mostra reservas sobre os excessos de perspectiva discursiva na compreensão do gênero e na construção das relações que lhes são inerentes. Tais reservas se fundamentam na ideia de que há na construção de gênero uma materialidade, o que não é sinônimo de essência ou de perspectiva biologicista de gênero, mas de uma materialidade que importa já é referida na obra *Masculinities* de 1995. Trata-se da materialidade do corpo, onde o fato, por exemplo, de alguém poder gerar um bebê ou não é relevante e deve ser considerado.

E eu suponho que me preocupo porque meu trabalho ativo sobre sexualidade começou no contexto da crise da AIDS. E, você sabe, tratar a sexualidade em sua materialidade era uma questão de vida ou morte. Se não se fizesse a coisa certa em termos de ações materiais e dos “corpos suados”, como meu amigo Gary Dowsett nomeia o problema, as pessoas morreriam. Então era urgente desenvolver conceitos e estratégias que se referissem àquela dimensão da sexualidade (HAMLIN; VANDENBERGHE, 2012, p. 352).

Está assim posta uma recusa a um entendimento puramente semiótico ou discursivo, do gênero, do poder e das relações, considerando, sobremaneira, que em alguns casos o discurso é tomado como mero conjunto de signos, desprovidos de materialidade ou de práticas. Pode ser que a não articulação imediata entre a fala e a mudança subjetiva tenha sido um dos motivos do desaparecimento da teoria psicanalítica do campo de reflexão da autora. Mas esta é uma hipótese difícil de ser assegurada com base nas publicações recentes sobre o tema.

É fato que a perspectiva de sexualidade desnaturalizada, a perspectiva do desejo e do sexo genital – herdeiras das proposições freudianas – permanecem, mas como um elemento histórico mais do que um dispositivo teórico-reflexivo. O próprio conceito de inconsciente, sem o qual a teoria freudiana não se sustenta não é abordado no decorrer de *Masculinities* como elemento conceitual que nos dê pistas de ser referendado como o encontramos na psicanálise.

Desta forma, com base na revisão realizada da obra inaugural dos estudos da masculinidade, podemos dizer que a psicanálise é tratada como um sistema de pensamento digno de respeito e com importância, mas que não permanece como um dispositivo investigativo, operacional ou teórico na obra de Connell. Talvez seja interessante em trabalhos futuros investigar a questão inversa da posta nesse ensaio: haverá impacto da obra de Connell na psicanálise contemporânea? Ou suas contribuições serão tratadas como meros tópicos do imaginário, como em outros momentos – infelizes – da psicanálise ocorreu com o racismo? Resta em aberto a questão.

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, S. de A. A masculinidade em Connell: os mecanismos de pensamento articuladores de sua abordagem teórica. In: XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades, 2008,

Rio de Janeiro. XIII Encontro de História Anpuh-Rio: Identidades. **Anais Complementares**, 2008.

CECCHETTO, F. R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CONNELL, R. **Masculinities**, second edition. Cambridge: Polity Press, 2005.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, v.21, Florianópolis, janeiro-abril 2013. p.241-282.

HAMLIN C; VANDENBERGHE, F. Vozes do Sul: entrevista com Raewyn Connell. **Cadernos Pagu**, n.40, jan-jun. 2013. p.345-358.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.20, n.2, Porto Alegre, jul-dez. 1995. p.71-99.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma questão conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Data da submissão: 13 de março de 2016
Avaliado em: 10 de abril de 2016 (Avaliador A)
Avaliado em: 26 de abril de 2016 (Avaliador B)
Aceito em: 3 de maio de 2016

1. Psicólogo, mestre em Psicologia – PUC/RS. Doutorando em Saúde Coletiva – ISC/UFBA. Email: cesarhoenisch@gmail.com
2. Doutor em Direito (PUC-Rio). Professor do Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes - UNIT. Líder do Grupo de Pesquisa Direito Constitucional: sociedade, política e economia – UNIT/CNPq e Vice-líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de proteção aos direitos humanos – UNIT/CNPq. E-mail: ilzver@gmail.com